



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Assessoria Jurídica

Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

Parecer Jurídico nº: 1141/2022-AJDPE

Processo nº: 3001.102887.2022

Tipo: Compra de Material e Contratação de Serviços

Interessado(s): Defensoria Pública-Geral

Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES OFICIAIS EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO

I – RELATÓRIO

Trata-se de procedimento administrativo instaurado para contratação de serviços de publicações oficiais eletrônicas em jornal de grande circulação para atender a Defensoria Pública do Estado de Rondônia, conforme especificação contida no Termo de Referência n. 21/2022 (0125098).

Os autos já foram objeto de análise por esta Assessoria Jurídica, por intermédio do Parecer Jurídico n. 599/2022-AJDPERO (0059568), por ocasião da análise da minuta do Edital n. 015/2022/CPCL/DPE/RO, que deu origem ao Pregão Eletrônico n. 024/2022/CPCL/DPE/RO, que restou fracassado; e do Parecer Jurídico n. 843/2022-AJDPERO (0093039), por ocasião da análise da minuta do Edital n. 030/2022/CPCL/DPE/RO.

O feito retornou para nova análise, contudo, tendo em vista a pretensão de contratação do objeto por dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, II, da Lei n. 8.666/1993.

Após o Parecer Jurídico n. 843/2022-AJDPERO (0093039), procedeu-se à reformulação do termo de referência (0102078, 0125098), que fora submetido à apreciação da autoridade superior (0124289), realizou-se a pesquisa de preços, cujos valores angariados foram inseridos na planilha mercadológica (0123069), efetuou-se a pesquisa no SIGEF, para verificar as despesas de mesma natureza realizadas no exercício financeiro de 2022 (0125986), e emitiu-se a Justificativa de Dispensa de Licitação, com fulcro no art. 24, II, da Lei n. 8.666/1993 (0126544).

É o necessário relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

De início, ressalta-se que a Constituição Federal, em seu art. 37, inciso XXI, estabelece que, em regra, a aquisição de bens ou contratação de serviços pela Administração Pública deve ocorrer por meio de regular procedimento licitatório, em que se assegure a igualdade de condições a todos os concorrentes, conforme se depreende do teor do dispositivo:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Todavia, tal como ressalvado na própria previsão constitucional, a Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93) firmou algumas exceções à obrigatoriedade licitatória, sendo, dentre

elas, o disposto em seu artigo 24, II:

Art. 24. É dispensável a licitação: [...] II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

Destaca-se que a Lei nº 8.666/1993 ainda se encontra em vigor para licitação ou contratação direta, pelo prazo de dois anos, a contar da publicação da Lei nº 14.133/2021, ocorrida em abril de 2021, conforme estipulado em seus arts. 191 e 193, II.

Assim, da leitura do dispositivo supracitado, concomitantemente à redação do art. 23, inciso II, alínea "a", atribuída pela Lei n. 9.648/1998, permite-se a conclusão de que é dispensável o procedimento licitatório no caso de aquisição de objetos cujos valores estejam abaixo de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

O Decreto Federal nº 9.412/2018, no entanto, promoveu nova alteração na redação do art. 23, inciso II, alínea "a" da Lei nº 8.666/1993, acarretando na elevação do teto admitido para dispensa de licitação, que passou a ser de R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais).

Desta forma, tendo em vista que no caso dos autos a proposta eleita é de R\$3.135,00 (três mil cento e trinta e cinco reais), consoante Id 0112741, p. 2, verifica-se que o valor da pretensa contratação não ultrapassa o limite legal.

De qualquer sorte, imprescindível registrar que referido procedimento de contratação direta deve ser aplicado como uma modalidade anômala de licitação e, também, ser tratado como uma exceção, assim como pretendeu a normativa acima mencionada. Isso porque não se podem afastar os procedimentos preparatórios internos que antecedem a uma licitação comum, de modo que, no caso, o resultado importará em contratação direta, ao invés de culminar com a licitação propriamente dita.

Nesse sentido, é certo que, embora o objetivo seja realizar a aquisição de forma direta, por meio de dispensa de licitação, há que se comprovar a existência de dados concretos que justifiquem a opção do procedimento pretendido, para que os atos não estejam pautados somente em elementos subjetivos para a escolha da pessoa a ser contratada, seja física ou jurídica.

Por outro lado, em que pese o registro de que o valor da pretensa aquisição se encontra abaixo do limite permitido legalmente, dúvidas pairam sobre qual o intervalo em que se pode utilizar o limite para dispensa, bem como qual critério apto a orientar o alcance dos valores, se é pelo elemento, subelemento, fornecedor, similaridade dos serviços ou aquisições, entre outros.

Quanto a tais questões, vale registrar o entendimento apresentado no Parecer nº 094/2009, emitido pelo Tribunal de Contas do Mato Grosso:

Inciso II - para outros serviços e compras (10% do limite previsto na alínea "a" do inciso II do art. 23):

1. não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizado de uma só vez: aqui novamente retoma-se a regra de que para se dispensar um procedimento licitatório não pode a aquisição referir-se a parcela de um mesmo serviço, compra ou alienação (ou que tenha a mesma natureza) que possa ser realizado de uma só vez. Assim, se a parcela que se quer contratar estiver dentro do limite de R\$ 8.000,00, porém referir-se ao mesmo objeto (ou mesma natureza) de outras contratações que globalmente ultrapassariam esse valor e que pudessem ser realizadas de uma só vez, há infração ao dispositivo legal.

Sobre o tema em comento, o doutrinador Marçal Justen Filho (2008, p.259) preleciona elucidativo comentário em sua obra "Comentários à Lei de Licitações e Contratos

Administrativos, 12ª edição”, no sentido de que:

(...) é perfeitamente válido (eventualmente obrigatório) promover fracionamento de contratações. Não se admite, porém, que o fracionamento conduza à dispensa de licitação. É inadmissível que se promova dispensa de licitação fundando-se no valor de contratação que não é isolada. Existindo pluralidade de contratos homogêneos, de objeto similar, considera-se seu valor global – tanto para fins de aplicação do art. 24, incs. I e II, como relativamente à determinação da modalidade cabível da licitação. Pelo exposto, mais uma vez frisamos que o fracionamento ou parcelamento da contratação é possível e legal. Ilegal é praticar o “fracionamento de despesas” que é a prática danosa do fracionamento de contratação com vistas a promover: a. dispensa licitatória indevida, ou seja, realizar contratações com o mesmo objeto ou mesma natureza, que individualmente se enquadrariam nas hipóteses previstas no artigo 24, I e II da Lei 8.666/93, mas que globalmente necessitaria de realização do certame; b. utilização de modalidade de licitação mais simplificada indevidamente, contrariando o artigo 23, §5º da Lei 8.666/93.

Também o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia já se manifestou sobre a matéria, em consulta acerca dos critérios para aferição de fragmentação ou fracionamento de despesas públicas (Parecer Prévio n. 20/2009 – Pleno), manifestando-se no seguinte sentido:

É DE PARECER que se responda na forma consignada no item disposto a seguir, por entender que o fracionamento ou fragmentação de despesa se caracteriza pela ocorrência dos seguintes fatores:

I) Aquisição sistemática de produtos da mesma natureza, em pequenos intervalos de tempo e em processos distintos, sem a observância da modalidade de licitação cabível para o total;

II) Fuga ao correto processo licitatório, uma vez que dispensou e/ou procedeu licitação indevida, v.g., efetuando-se Convite, quando caberia Tomada de Preços, inobservando-se os limites de que tratam os artigos 23 e 24 da Lei de Licitações e Contratos; ou ainda, exemplificando, a utilização indevida da modalidade de Licitação Convite em detrimento da Tomada de Preços, contrariando o artigo 23, inciso II, alíneas “a” e “b” da Lei de Licitações e Contratos.

Nessa linha, conclui-se que é pertinente a adoção do critério de avaliação pela natureza do objeto e princípio da anualidade, ou seja, deverá estar demonstrada nos autos a inexistência de outras parcelas do mesmo serviço e/ou compra durante o exercício, bem como a previsão e o impedimento de outra contratação direta e/ou licitação para o mesmo objeto no exercício, se excedido o limite legal previsto no art. 24, II, da Lei de Licitações.

Não é outra a orientação do TCU:

“9.9.3 realize planejamento de suas contratações a partir de dados históricos e de estimativas futuras, de modo a permitir a realização de devido procedimento licitatório, na modalidade adequada, com vistas à contratação de serviços, obras e aquisições, evitando o fracionamento das despesas e fuga à licitação, em cumprimento ao art. 37, XX da Constituição Federal e art. 2º da Lei nº. 8.666/93”. (Acórdão nº 2.219/2010 – Plenário)

Dessa forma, cabe ao(à) ordenador(a) de despesas certificar, com absoluta precisão, quanto à inexistência de compras de natureza similar no exercício financeiro de 2022, a fim de que seja de todo modo evitada a ocorrência de fracionamento, vedado pela Lei de Licitações.

No caso em apreço, verifica-se que foi juntada informação pelo Departamento de Contabilidade (0125989), no sentido de que se realizou pesquisa no sistema SIGEF em relação à emissão de empenhos referentes à natureza de despesa 3.3.90.39 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica) e subelemento 01 (Assinaturas de Periódicos e Anuidades), e que, no exercício financeiro de 2022, consta apenas 01 (um) empenho emitido para a supracitada natureza, elemento e subelemento, na UG – 300001 – DPE/RO, que teve como objeto o serviço de publicação no Diário Oficial da União, no valor de R\$3.218,80 (três mil duzentos e dezoito reais e oitenta centavos), por inexigibilidade de licitação (2022NE000126).

Depreende-se do relatado, portanto, considerando a classificação orçamentária, que a soma do valor da aquisição pretendida com o montante já aplicado não ultrapassa o previsto na legislação para a dispensa de licitação em razão de aquisição de pequeno valor.

Em que pesem a informação apresentada, é de relevo mencionar que, na Resolução de Consulta nº 21/2011, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso entendeu, por unanimidade que “*a classificação orçamentária (elemento ou subelemento de despesas) e a identidade ou qualidade do fornecedor são insuficientes, isoladamente, para determinação da obrigatoriedade de licitar ou definição da modalidade licitatória*”.

No mesmo sentido, aliás, já se manifestou o Tribunal de Contas da União, ao ponderar que,

8.11. (...) Não há óbice em realizar um único certame envolvendo objetos de despesa de custeio e investimento. Apesar da licitação única, cada item licitado seria pago obedecendo à sua classificação orçamentária (custeio ou investimento), sem qualquer afronta às normas de direito financeiro.

8.12. A classificação da despesa pública segue critérios definidos com o objetivo de atender às necessidades gerenciais de informação acerca da execução do processo orçamentário. Não serve como justificativa para o fracionamento de despesas e nem como pretexto de fuga à obrigatoriedade de licitar, como no caso concreto, em que não se quis admitir a realização de licitação única devido a uma suposta incompatibilidade entre os itens de despesa.

8.13. Além disso, a classificação orçamentária não produz qualquer efeito jurídico para fins de aplicação da modalidade cabível de licitação ou sua dispensa, conforme magistério de Marçal Justen Filho, (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 12ª edição, pág. 266):

“A irrelevância da classificação orçamentária

Por outro lado, não é possível utilizar a classificação orçamentária, produzida para outros fins e sem nenhuma relevância legal para essa hipótese. Os critérios utilizados para fins orçamentários podem ser diversos e, mesmo, abranger diferentes objetos. Aplicar a regra poderia produzir resultados despropositados, tais como constringer a realização de concorrência para serviços autônomos de engenharia, apenas porque a rubrica orçamentária seria a mesma. Ou seja, quando se englobam certas despesas em um mesmo elemento de despesa orçamentária, o fundamento reside na necessidade de sistematização. Não há previsão acerca da necessidade de contratação única nem se pode imaginar que o legislador financeiro estava considerando o total de desembolsos como sujeito a tratamento unitário.

Mais ainda, não há no texto legal qualquer indicação da relevância da classificação orçamentária do objeto para fins de conjugação de valores e determinação da modalidade cabível de licitação. Trata-se de inovação em face da Lei - inclusive no tocante às próprias normas de Direito Financeiro, as quais não determinam que as rubricas orçamentárias produzem algum efeito jurídico para fins da fixação da modalidade cabível de licitação.” (grifo nosso).

8.14. Portanto, entendemos que a natureza das despesas sob o ponto de vista orçamentário não representou óbice à realização de licitação conjunta. Rejeitamos as razões de justificativa do responsável. (Acórdão 1620/2010 – Plenário).

Diante do exposto, necessário que a autoridade superior ordenadora de despesas verifique se as contratações realizadas e as pretendidas para o presente exercício, relativas a objetos da mesma natureza, não ultrapassam o valor permitido legalmente para a dispensa de licitação fundada no artigo 24, II, da Lei nº 8.666/1993. Ademais, tendo em vista a proximidade do fim do exercício de 2022, acaso a contratação seja efetivada apenas no ano de 2023, nova análise deverá ser realizada, tendo em vista as contratações previstas para próximo exercício.

Outrossim, é imperioso ressaltar que o procedimento de dispensa, embora se trate de uma contratação direta, exige a realização de prévio processo administrativo para tanto,

em que se contemple a justificativa da dispensa no que tange ao preço, razão da dispensa e escolha do particular interessado.

A instrução para o processo de dispensa de licitação, deve se atentar às regras dispostas no art. 26, *parágrafo único*, da Lei nº 8.666/93, que dispõe:

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2o e 4o do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos. ([Redação dada pela Lei nº 11.107, de 2005](#))

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial, calamitosa ou de grave e iminente risco à segurança pública que justifique a dispensa, quando for o caso; ([Redação dada pela Lei nº 13.500, de 2017](#))

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados. ([Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998](#))

Em relação aos requisitos legais, apesar do dispositivo não prever a situação de dispensa exposta no art. 24, inciso II, deve o gestor seguir, ao menos naquilo em que for aplicável, o regramento acima. Tanto é imprescindível, que assim já decidiu o TCU:

“Em qualquer contratação efetuada com dispensa de licitação, observe, com rigor, o disposto no art. 26 da Lei 8.666/93, de modo que sejam devidamente justificados os motivos da escolha do fornecedor ou executante e os preços pactuados.” (Decisão nº 30/2000, Plenário, rel. Min. Guilherme Palmeira.)

Assim, a Administração deverá sempre justificar a não realização da licitação, assim como a razão da escolha do fornecedor e o preço contratado. Afinal, nos termos do art. 50, IV, da Lei nº 9.784/1999, a motivação (indicação expressa dos motivos) dos atos administrativos que decidam pela dispensa é obrigatória.

No que tange à justificativa quanto à necessidade da aquisição do objeto, encontra-se presente no item 2 do termo de referência (0125098) e na justificativa de dispensa elaborada pela CPCL (0126544), demonstrando que a contratação de empresa especializada para execução dos serviços justifica-se diante da obrigatoriedade de publicação dos atos em jornais de grande circulação na região em que se encontra o ente público contratante.

No que se refere à justificativa quanto ao preço, verifica-se que foi realizada pesquisa de mercado, que abrangeu a consulta a empresas do ramo que fornecem o objeto pretendido, obtendo-se propostas do site Rondôniaaovivo (0112741), do Jornal Diário da Amazônia (0112744, refeita ao Id 0122866), e do Site Gazeta de Rondônia (0123067). Os preços coletados foram submetidos à análise crítica, consoante planilha comparativa (0123069), obtendo-se cálculo do preço médio (mediana) de R\$8.550,00 (oito mil quinhentos e cinquenta reais); com isso, foi possível constatar que a empresa CMP COMUNICAÇÃO E ASSESSORIA LTDA (RONDONIAAOVIVO.COM) apresentou o menor preço unitário no valor de R\$55,00 (cinquenta e cinco reais), totalizando o menor valor estimado de R\$3.135,00 (três mil cento e trinta e cinco reais).

Quanto à razão da escolha do fornecedor, a justificativa de Id 0126544 aponta que o fornecedor se "qualifica por ser a empresa especializada que apresentou menor preço entre as propostas, possuir regularidade fiscal e trabalhista para contratar com a Administração".

No que tange à regularidade da empresa a ser contratada, destacamos que mesmo na hipótese de dispensa de licitação em razão do valor é imprescindível que a contratada demonstre a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária e aptidão para contratar com a

Administração Pública. Dessa forma, as certidões (fiscais, trabalhistas, SICAF) deverão ser analisadas pelo Controle Interno, para verificação da regularidade da empresa.

Observa-se, ainda, que o Pré-Empenho n. 2022PE000316 (0126047), anulou o montante de R\$3.835,50 (três mil oitocentos e trinta e cinco reais e cinquenta centavos) do Pré-Empenho 2022PE000160 (0061830), que era do montante de R\$12.385,50 (doze mil trezentos e oitenta e cinco reais e cinquenta centavos), consolidando-se a reserva orçamentária em R\$8.550,00 (oito mil quinhentos e cinquenta reais), consoante Extrato do Pré-Empenho nº 2022PE000160 (0126049). Ocorre que a reserva deve ser feita no valor da menor proposta (0112741), que é de R\$3.135, 00 (três mil cento e trinta e cinco reais) - razão pela qual deve o setor competente proceder à revisão necessária do valor pré-empenhado. Ademais, tendo em vista que a contratação provavelmente será efetivada tão somente no próximo exercício (2023), deverá a DPOG promover os atos necessários ao cancelamento do existente, e emissão de novo pré-empenho.

Verifica-se, outrossim, que a minuta contratual foi juntada sob Id 0126512, sendo que, para ter validade e eficácia, deve conter os requisitos previstos no art. 55 da Lei n. 8.666/93. Passamos a apreciar:

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:	
Inc. I - o objeto e seus elementos característicos;	Cláusula 1ª.
Inc. II – regime de execução ou a forma de fornecimento	Cláusula 1ª.
Inc. III – preço/ condições de pagamento/critérios/data-base e periodicidade do reajustamento de preços/critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;	Cláusula 2ª e 6ª.
Inc. IV - prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;	Cláusulas 4ª.
Inc. V - crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;	Cláusula 8ª.
Inc. VI - garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;	Não se aplica.
Inc. VII - direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;	Cláusula 5ª e 7ª.
Inc. VIII – Casos de rescisão;	Cláusula 10.
Inc. IX - reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei de Licitação;	Cláusula 10.2.
Inc. X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;	Dispensável, por não ser o caso.
Inc. XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor.	Cláusula 12.1.

Inc. XII – legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos.	Preâmbulo e Cláusula 12.4.
Inc. XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.	Cláusula 5.1 c/citem 8.1.8 do termo de referência.
Art. 55, § 2º - deverá constar necessariamente cláusula que declare competente o foro da sede da Administração para dirimir qualquer questão contratual.	Cláusula 13.1.

Assim, verificamos que a minuta contratual preencheu os requisitos legais.

Por fim, verificamos que consta no termo de referência, em sua cláusula 15, os documentos de habilitação necessários para verificação da capacidade técnica e econômica da empresa fornecedora. Não se localizou nos autos, todavia, a juntada de tais documentos da empresa que apresentou a melhor proposta, tal como o atestado de capacidade técnica exigido pelo item 15.1.1, e o balanço e certidão negativa dispostos nos itens 15.1.2 e 15.1.3 - o que deverá ser colacionado aos autos pela unidade solicitante, para análise de aptidão da empresa a ser contratada.

III – CONCLUSÃO

Por todo o exposto, com base nos documentos até então acostados aos autos, esta Assessoria Jurídica opina pela **possibilidade jurídica** da contratação pretendida por meio de dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, II, da Lei Federal n. 8.666/1993, desde que seja verificada a regularidade fiscal e trabalhista da empresa selecionada, bem como sejam juntados os documentos de habilitação constantes no item 15 do Termo de Referência, e, ainda, certificado pelo(a) ordenador(a) de despesa que as contratações realizadas e as *pretendidas para o exercício da contratação*, relativas a objetos de mesma natureza, não ultrapassam o limite legal permitido.

É o parecer. Encaminho os autos à unidade solicitante, para as providências cabíveis. Após, ao Controle Interno, em atenção ao despacho de Id 0124289.

Porto Velho, 30 de dezembro de 2022.

Rafaella Rocha Silva
Assessora Jurídica-Chefe
Defensora Pública



Documento assinado eletronicamente por **Rafaella Rocha Silva, Assessor(a) Jurídico(a)-Chefe**, em 30/12/2022, às 09:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei informando o código verificador **0133300** e o código CRC **8D72746D**.

